

Assim caminha a humanidade



» ALDO PAVIANI
Geógrafo e professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

A percepção dos seres humanos sobre o tempo é variável. Para alguns, como escreveu o grande geógrafo e professor Milton Santos, há “tempos lentos e tempos longos”. Com certeza, cada um de nós sabe avaliar o impacto do tempo e do que ele traz para nós mesmos e para aqueles que nos cercam. Além disso, fazemos avaliações diferentes sobre os desenvolvimentos da nossa espécie. Por exemplo, desde o início da guerra fria, vivemos em tempo de corrida armamentista, com a criação de armas cada vez mais potentes.

Para alguns, essa corrida é necessária para a manutenção da paz e do respeito entre os povos. Muitos chegam a defender que o armamento da população civil é uma maneira eficaz de combate à violência. Todavia, em vez de armas, por que os recursos nelas aplicados não se destinam a doenças graves e até aqui incuráveis, como Parkinson ou Alzheimer?

Para outros, é sinal da deterioração da humanidade, entendendo que o investimento em armas é um indicio da nossa incapacidade de resolver de maneira pacífica e racional as nossas diferenças, políticas, econômicas e ideológicas. Por isso, temos em algumas regiões conflitos que duram mais de ano e sem solução a menos — talvez, algo temporário, como o armistício.

Da mesma forma, frente às mudanças

climáticas acachapantes que vivemos, alguns defendem que a sobrevivência da espécie é mais importante e que, para isso, temos de desmatar, poluir, matar e destruir. É ir passando a boiada, cimentando, edificando, erradicando a natureza, pois onde vivem árvores e bichos vive também o atraso. A riqueza de biodiversidade tornou-se sinônimo de pobreza de progresso.

Enquanto isso, a ciência alerta para a redução da Antártida e do Ártico, e algumas instituições, como Nasa, Unesco e Organização Meteorológica Mundial (OMM), avaliam os impactos catastróficos da perda do gelo polar, do aumento no nível dos oceanos em 60 ou 70 metros em 100 anos, ao longo do século 21. Argumentam também que o desmatamento descontrolado, os incêndios florestais para, no lugar, plantar pastos para criar gado, o excesso de poluição pelas indústrias e pela queima de combustíveis fósseis, e o efeito estufa causado são os marcos de um tempo de estagnação científica, de redução na qualidade de vida dos todos organismos.

São as trombetas que tocam antes do juízo final. Mas os adeptos de passar a boiada nada escutam. Para eles, os seres humanos são seres superiores, que sobreviverão fora da natureza, acoplados às inteligências artificiais que manterão e proverão tudo de que precisamos para continuar existindo. Consideramos que os homens e mulheres fazem parte da natureza, como todos os primatas.

Para esses negacionistas, nosso tempo não é de preocupação, mas de progresso, de abertura para o futuro. Não veem nos tornados, nas enchentes e queimadas globais sinais do fim do mundo, mas de mudança e, quiçá,

entendem que essas disrupturas da natureza promovem a limpeza da espécie, escolhendo manter apenas os que são fortes, que podem levar a cabo a mudança necessária.

Portanto, é chegada a hora de nos perguntarmos quão diferentes somos e quão preparados estamos para continuarmos juntos neste planeta. É possível vivermos em comunhão uns com os outros, frente a percepções tão diferentes sobre nossas ações, nossos avanços e nosso destino?

Talvez, devêssemos fazer um evento global sobre o desenvolvimento humano, com participação de todos, para avaliarmos as perdas e os ganhos que tivemos até aqui, nesses milhares de anos de existência. Que história evolutiva queremos viver daqui por diante? Queremos continuar como seres orgânicos, integrados e fazendo parte da natureza ou escolhemos nos transformar em robôs, androides ou ciborgues?

Desconfio, dadas as nossas diferenças perceptivas, que não chegaremos a um acordo ou posição única, e, então, ficamos com a pergunta: haverá dois mundos para nós? Será possível essa mesma espécie, dividida em grupos, ocupar o mesmo planeta de maneira mais ou menos harmoniosa ou estamos fadados a viver para sempre em tempos de guerra?

É sombrio o que nos espera, pois, não havendo consenso, não haverá limites para a destruição, e, portanto, no tempo futuro, lutaremos, entre nós, não pelos caminhos e desaminhos dos nossos avanços e desenvolvimento, mas pela mera necessidade de sobreviver. Se assim for, voltaremos para o início da nossa estória e, assim seguimos, não em linha reta, mas em círculos.



As lições da seca no Norte para o abastecimento de combustíveis



» MARCELO ROMANELLI
Diretor jurídico do Grupo
Atem e mestre em petróleo
e gás pela Universidade de
Dundee (Reino Unido)

A Região Norte, especialmente a Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima), tem enfrentado este ano uma estiagem de gravidade inédita. Os efeitos ambientais e econômicos são devastadores, impondo desafios logísticos sem precedentes e afetando a navegação nos rios, que é a espinha dorsal para o suprimento de combustíveis.

É em cenários críticos como esse que o arcabouço jurídico-regulatório brasileiro para as atividades de refino, distribuição e transporte de combustíveis é posto à prova. Um sistema regulatório robusto não se limita à supervisão e ao controle. Deve ser capaz de oferecer a flexibilidade para que o mercado funcione de forma eficiente, mesmo sob pressão. Nesse cenário, uma combinação de fatores tem sido decisiva: a mobilização da iniciativa privada, um arcabouço jurídico-regulatório que garante a liberdade de preços e que dá às empresas flexibilidade para ajustar operações, e o papel do poder público em criar ambiente propício para que empresas desempenhem seu papel de forma otimizada. É a sinergia entre esses pilares que tem permitido ao Brasil superar desafios impostos por crises passadas e, agora, enfrentar a seca histórica no Norte.

A Amazônia Ocidental demanda, a cada

ano, cerca de 1,5 bilhão de litros de gasolina C e 2,3 bilhões de litros de diesel B, ambos possuindo, em suas composições, respectivamente, 27% de etanol anidro e 14% de biodiesel. Desnecessário discorrer sobre a importância dos combustíveis para a sociedade. Contudo, a Amazônia tem contornos delicados ao envolver a geração de energia elétrica.

O Brasil possui uma vasta rede de transmissão de energia, que forma o Sistema Interligado Nacional (SIN). No entanto, existem cerca de 270 localidades, a maioria na Amazônia, que não estão ligadas ao SIN por razões técnicas ou econômicas. São os Sistemas Isolados que, somente no Amazonas, somam 97 localidades e 2 milhões de pessoas. Nesses casos, a indisponibilidade de diesel significaria a ausência de luz, de água e de serviços básicos.

Como dito, os rios Amazonas, Solimões, Negro, Juruá e Madeira formam o principal corredor logístico, inclusive para receber etanol e biodiesel, produzidos no Centro-Oeste e no Sudeste. Na seca, o nível dos rios baixa a ponto de dificultar a navegação de grandes embarcações, criando desafios para o transporte de combustíveis. Nesse contexto, foi necessário adotar diferentes estratégias, como ampliar a estocagem de combustíveis, realizar operações de transbordo em locais distantes de Manaus, contratar mão de obra adicional, redirecionar rotas e ampliar frota de embarcações.

Esse dinamismo é viável graças ao regime da liberdade de preços em toda cadeia de produção, distribuição e comercialização de combustíveis introduzido pela Lei do Petróleo de 1997. Esse marco legal afastou o regime de regulação sobre os preços dos combustíveis,

permitindo que eles passassem a ser definidos livremente pelos agentes de mercado.

Adicionalmente, se antecipando aos efeitos da seca, o governo federal, por meio do Ministério de Minas e Energia, estabeleceu um gabinete de crise para coordenar diferentes órgãos, monitorar efeitos adversos e mitigar impactos no abastecimento. Assim, órgãos como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Receita Federal, a Capitania dos Portos e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) têm se destacado ao adotar medidas excepcionais, como a flexibilização de obrigações e restrições regulatórias, e agilidade na emissão de licenças que o cenário demanda.

A medida que o Brasil enfrenta crises cada vez mais frequentes e intensas, a experiência da Amazônia Ocidental em 2024 reforça a importância de uma resposta coordenada entre os setores público e privado. A capacidade de adaptação das distribuidoras e refinarias, aliada a um marco regulatório flexível e à atuação proativa dos órgãos, demonstra como a sinergia entre esses três pilares pode garantir a continuidade do abastecimento, mesmo em condições extremas.

A história recente também mostra que, em momentos cruciais ao abastecimento nacional, como a greve dos caminhoneiros (2018), a pandemia de covid-19 (2020) e as cheias no Rio Grande do Sul (2024), a integração entre a iniciativa privada e o poder público foi essencial para superá-los. É essa resiliência e colaboração que permitirão ao Brasil continuar enfrentando com sucesso as novas adversidades que certamente virão.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (Interina))



circacunha.df@dabr.com.br

Sobreviventes

Ao longo dos últimos 500 anos, o contato entre brancos e indígenas tem sido, no Brasil, claramente nefasto para essas populações autóctones. Começou pelo processo bruto de aculturação, como imposição ou sujeição sociocultural, resultando daí, em muitos casos, no chamado etnocídio ou na destruição dos traços culturais de uma etnia. Essa história, iniciada, candidamente, nas missões dos primeiros jesuítas do século 16, por métodos de catequização dos povos indígenas, prosseguiu em todo continente americano com a utilização de outras estratégias que resultaram na quase completa destruição dessas antigas sociedades.

Dos 5 milhões de indígenas que habitavam o Brasil à época do descobrimento, 1,7 milhão resta atualmente, espalhado por diferentes áreas, abrigando 307 etnias ou comunidades. Se ao longo dos séculos a dizimação desses povos, considerados sem alma pelo homem branco, foi feita de maneira direta e sem subterfúgio, hoje esse processo continua silencioso por meio da assimilação desregrada de hábitos e vícios da cultura branca pelos indígenas.

A Constituição brasileira, promulgada em 1988, denominada por seus autores como a Carta Cidadã, diz, em seu artigo 231, que “são reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Com isso, fica, pelo menos no texto de nossa Lei Maior, consagrado o direito dos indígenas de manter e preservar suas terras, assim como sua cultura, seguindo o que mais esses povos respeitam e seguem, que é a tradição ancestral.

Antropólogos, sertanistas e pesquisadores, devotados às causas indígenas, sempre fizeram questão de frisar que não existe indígena sem terra. Trata-se de um binômio que deve merecer, das autoridades e de todo o brasileiro que se preza, o maior respeito e aceitação. Cabral, no século 16, oriundo de que viria a ser a futura metrópole do Brasil, foi o primeiro invasor oficial das terras indígenas. A ele se seguiram milhares de outros ao longo dos séculos, numa cruenta realidade que persiste ainda hoje, em pleno século 21. Vamos acumulando cinco séculos de ignomínia contra os que seriam os verdadeiros donos dessas terras.

Hoje, ao lado dos antigos métodos de envenenamento dessas civilizações, a falta de infraestrutura de saneamento básico, principalmente com relação à água potável, tem provocado a morte de uma criança indígena a cada três dias, vitimada por diarreias e outros males.

Nossa omissão em relação a esse tema, torna-nos partícipes desse atentado contra os primeiros e mais legítimos brasileiros de todos e nos coloca aos olhos do mundo como sendo os verdadeiros selvagens, indiferentes e insensíveis à delicadeza e à sofisticação desses povos.

O conceito de assimilação, ainda presente na concepção de muitos, prega a tese de que os indígenas formam uma categoria social transitória — ou seja, destinada a desaparecer com o tempo, quer por processos de aniquilamento, que é o que temos visto ao longo de toda a nossa história, quer simplesmente como vítimas do fenômeno da assimilação por parte do homem branco, também chamada de aculturação, que parece ter sido superada, em parte, pela atual Constituição.

Por sua importância, não apenas para os indígenas, mas para toda a nação, essa é uma questão histórica que deveria merecer maior engajamento de todos os brasileiros, tanto para pacificar um assunto secular quanto para demonstrar ao mundo que podemos nos considerar um povo civilizado, apto a solucionar, de modo plenamente satisfatório e justo, nossos problemas, principalmente esse, que nos remete à nossa formação como nação.

É do alheamento de muitos de nós que se valem os madeireiros, os garimpeiros e muitas ONGs para prorrogar o que tem sido visto, aos olhos do mundo: crime que, direta ou indiretamente, está sendo cometido por cada um de nós.

A frase que foi pronunciada:

“O que fere a terra, fere também os filhos da terra.”

Chefe Seattle

Libras

» José de Arimatéia Dantas Lopes é o reitor da Universidade Federal do Piauí que criou um *Manual de Libras para ciências-ctc*. São terminologias da ciência que precisam ser aprendidas durante o curso. O manual está no Blog do Ari Cunha para quem se interessar.

Na conta

» Muitos clientes da Claro têm passado por problemas de conexão. A empresa informou que na conta há a discriminação da falta de Internet com desconto.

Revisão urgente

» Por falar em internet, nem sempre os números telefônicos disponíveis nos sites dos hospitais são atualizados. O transtorno para descobrir um número para atendimento é grande.

» História de Brasília

Em vista disso, os diretores acharam conveniente deixar a Comissão mais à vontade, para que examinem, também, seus atos anteriores, muito embora não conste isto da portaria que nomeou. (Publicada em 24/4/1962)